



# Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT .....	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado ERNANI PUDELL
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 22.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1992**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

As quinze horas e quarenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida Cesar, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Carlos Simões, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Ovídio Constantino e Rossoni (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte-

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1025**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja a Proposição n° 41/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 282/91, discutida e votada em separado.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

**REQUERIMENTO N° 1037**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando que a Proposição n° 41/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 282/91, discutida e votada em separado. - **Rejeitado.**

Senhores Deputados que aprovam o destaque queiram levantar-se. Dez (10) aprovam, o destaque. Senhores Deputados que rejeitam o destaque queiram levantar-se. Dezoito (18) rejeitam o destaque. Está **rejeitado.**

A primeira votação será do Projeto de Lei já transferido e será votado independentemente da votação global. O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...  
(Após a votação nominal).

Votaram vinte e dois Senhores Deputados.

**EM VOTAÇÃO:**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 036/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n° 376/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, dispõe que os valores provenientes de recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação onde estiver implantado no Estado, reverterão integralmente ao Município beneficiado, na forma que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em

condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta do ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT N° 55/92

Curitiba, 16 de abril de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 037/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 536/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo isentar do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, automóveis, motocicletas, triciclos e cadeiras de rodas para deficientes físicos, adquiridos por pessoas físicas ou jurídicas. Visa, ainda, a isenção do ICMS nas aquisições de ambulâncias, assim como adotar outras providências.

O Projeto de Lei em causa não pode merecer acolhimento dada sua flagrante inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente o art. 155, § 2º, inciso XII, letra "g", da Magna Carta Federal, onde se contém preceito segundo o qual isenções, incentivos e benefícios fiscais, somente poderão ser concedidos ou revogados mediante deliberação conjunta dos Estados, o que, na forma da Lei Complementar Federal nº 24, de 07 de janeiro de 1975, ocorre através de decisão unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, do qual participam todos os estados federados.

Por oportuno, vale frisar que, com relação à isenção do ICMS na aquisição de veículos automotores para paraplégicos ou portadores de deficiência física já está assegurado até 31 de dezembro de 1992, por força dos decretos estaduais nºs 720, de 18 de setembro de 1991, e 1.052, de 30 de dezembro do mesmo ano, lavrados, respectivamente, com base e respaldo nos Convênios CONFAZ-ICMS nºs 40/91 e 80/91.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado (O Projeto de Lei nº 536/91, foi publicado no D.A. nº 157, de 27.11.91.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 040/92

P A R E C E R :

A proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 536/91 que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 55/92; daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembleia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo constitucional. A razão exposta pelo Chefe do Poder Executivo para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do mesmo, que fere frontalmente o art. 155, § 2º, inc. XII, "g", da Constituição Federal, onde se contém preceito segundo o qual as isenções, incentivos e benefícios fiscais, somente poderão ser concedidos ou revogados mediante deliberação conjunta dos Estados, o que, na forma da Lei Complementar Federal nº 24/75, ocorre através da decisão unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. Também cita o veto, que com relação à isenção do ICMS na aquisição de veículos automotores para paraplégicos ou portadores de deficiência física, tal benefício já se encontra assegurado nos Decretos Estaduais nºs 720, de 18 de setembro de 1991 e 1.052, de 30 de dezembro do mesmo ano, válidos até 31 de dezembro de 1992, lavrados com base nos convênios CONFAZ - ICMS nºs 40/91 e 80/91.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

DIRVAL AMARAL - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 282/91, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, que dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos em proteínas, e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT/ N° 56/92

Curitiba, 16 de abril de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 036/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da

Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 282/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a isentar do Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços- ICMS, pelo período de dez anos, as indústrias de alimentos que fabricarem produtos pobres em proteínas destinados ao consumo de pessoas portadoras de Fenilcetonúria e Homocistinúria.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de parecer expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda que, analisando a matéria, asseverou:

"O presente Projeto padece de flagrante inconstitucionalidade, haja vista que os Estados somente podem conceder isenção do ICMS após prévia aprovação da matéria no CONFAZ, onde celebram-se os Convênios necessários para a implementação de quaisquer benefícios fiscais, de acordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e no artigo 1º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, que prevê:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei".

Ademais, resultado do art. 2º da Lei. 9.895, de 8 de janeiro de 1992, já em fase final de regulamentação pela Secretaria da Fazenda, estão sendo definidos os critérios de incentivo relacionados ao ICMS na instalação ou ampliação de projetos industriais no território paranaense.

Por isso, além da dificuldade intransponível quanto ao aspecto constitucional, o presente Projeto envolve matéria que em parte, será objeto de breve regulamentação".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Assembleia Legislativa Estadual.

Valho-me, do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 282/91, foi publicado no D.A. nº 79, de 27.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 41

AO PROJETO DE LEI Nº 282/91

PARECER:

Em análise à proposição do Veto ao Projeto de Lei nº 282/91, destacamos que a condição autorizatória deste, afasta qual-

quer vício de inconstitucionalidade, merecendo ter sido sancionado pelo Chefe do Poder Executivo.

Interposto o Veto dentro dos prazos legais, o mesmo não apresenta óbices à sua apreciação pelo Plenário desta Assembleia Legislativa do Paraná.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO- Presidente

PAULO MAIA - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/92. VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 026/92, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT/ nº 74/92

Curitiba, 27 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 053/92, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 026/92, em razão do fato da entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979.

Esse motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 26/92, foi publicado no DA. nº 06, de 24.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 044/92

PARECER:

A proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 26/92, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício

DTL/SAT/Nº074/92.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido projeto de lei usando da atribuição que lhe é conferida pelo Art. 87, VII e na conformidade do disposto no § 1º do Art. 71, ambos da Constituição Esta-

dual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o veto ao Projeto de Lei nº 26/92, prende-se ao fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 7.140, de 11 de maio de 1979.

Diante do exposto, a presente proposição veto encontra-se em condições de ser apreciada em Plenário.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 574/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que denomina a escola estadual rural do Rio das Pedras de Donato Pereira Alves. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a Discussão.**

OF/DTL/SAT/Nº 75/92

Curitiba, 27 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 052/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 574/91, por julgá-lo inconstitucional, tendo em vista que a pretendida alteração na denominação da Escola Estadual Penal do Rio das Pedras, fere o art. 238, da Constituição Estadual, o qual veda tais modificações quando próprios públicos já contenham "nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos", e, ainda em face de informação da SEED contrária à medida.

Esse motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 574/91, foi publicado no DA. nº 162, de 04.12.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 574/91

OFÍCIO Nº QTL/SAT/ 075/92

\* P A R E C E R :

Trata-se de recusa de sanção por parte do Executivo, dentro do prazo legal, ao Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese que, aprovado e decretado nesta Casa, denominava a Escola Estadual Rural do Rio das Pedras, conforme

veio no corpo da comunicação, para o que se atribui "erro material".

O Poder Executivo usou da faculdade prevista no § 1º, do art. 71, e da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso VII, ambos da Constituição Estadual.

Estendeu-se inconstitucional por ferir o disposto no art. 238, da referida Carta Estadual e ainda em face da informação da SEED contrária a medida. (O grifo é nosso).

A inconstitucionalidade arguida deriva da vedação a modificação quando próprios públicos já contenham "nomes de .... fatos geográficos".

O vocábulo fato, segundo "Plácido e Silva", é derivado do latim "factum" e é genericamente indicativo de todo acontecimento ou de todo ato, ou seja de tudo que acontece, que se faz ou que é feito, e o adjetivo geográfico diz respeito ao substantivo geográfico, no caso de acidente físico - rio.

Quando da feitura da lei o nobre Deputado Fregonese deixou claro que existe "uma localidade denominada Rio das Pedras", que se localiza no Distrito de Alexandra, no Município de Paranaguá".

Ficou claro e preciso, no Projeto de Lei, que seu autor pretendeu denominar de Donato Pereira Alves, a Escola Rural (e não Penal) que existe na localidade denominada "Rio das Pedras".

Sô isso.

Não pretendeu modificar o nome do acidente geográfico e nem da localidade.

Desta forma, data vênha do entendimento do Senhor Governador, não vemos como inquinar de inconstitucional o Projeto de Lei 574/91.

A matéria está em condições de ser submetida a apreciação do Plenário desta Casa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 009/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a redação do art. 34, da Lei nº 8.280/86, que, entre outras providências, dispõe sobre o juizado de Pequenas Causas. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. - **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT nº 94/92

Curitiba, 27 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 057/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 009/92, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 34, da Lei nº 8280/86, que trata de gratificação pro-labore aos árbitros e conciliadores dos Juizados de Pequenas Causas da Comarca de Curitiba, e de uma Gratificação de 30% (trinta por cento) aos servidores do Poder Judiciário que, no referido Juizado, exerçam funções no período noturno. A modificação da redação tem por escopo conferir tais vantagens a outros Juizados de Pequenas Causas, visto que retira do texto original as expressões "da Comarca de Curitiba".

A inconstitucionalidade da medida é flagrante, no que se refere ao benefício que pretende atribuir a funcionários do Poder judiciário, porque, embora versando sobre vantagem já existente desde o ano de 1986, sua extensão, hoje, implica em remuneração adicional e isolada a algumas categorias funcionais, pela oportunidade de trabalho noturno, fato que, em si mesmo, fere o mandamento contido no art. 33, § 1º, inciso VI, da Carta Estadual, segundo o qual, o regime jurídico e os planos de carreira no serviço público estadual deverão estabelecer "tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras". Não há dúvida de que a medida caso fosse acolhida, viria, fatalmente, dificultar o cumprimento do mencionado art. 33 da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 009/92, encontra-se publicado no DA nº 23, de 20.03.91, em 1ª Discussão.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 046/92

PARECER:

Usando de suas atribuições o Sr. Governador do Estado vetou integralmente o projeto de lei aprovado nesta Casa, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado e que mereceu parecer favorável desta mesma C.C.J., por unanimidade.

Foi um ato constitucionalmente possível, apesar de entendermos que as razões levantadas pelo Sr. Governador não foram

Curitiba, quarta, em 17.06.92

suficientes para anular os argumentos que originaram a pretensão do Tribunal de Justiça.

Caberá ao douto Plenário manifestar-se a respeito do seu mérito. Opinamos pelo encaminhamento à apreciação dos Srs. Deputados.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 048/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. - Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 97/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 068/92, dessa Presidência e de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei integralmente, em razão da inconstitucionalidade adiante exposta, o Projeto de Lei nº 002/92, que objetiva reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e, ainda, adotar outras providências.

Por ocasião do reajuste geral de janeiro de 1992, efetuado em duas (02) parcelas, sendo uma delas a vigorar naquele mesmo mês e a seguinte no mês de fevereiro de 1992, foi vetada esta última parcela (veto apostado ao Projeto de Lei nº 586/91), porque a remuneração dos servidores do Poder Judiciário era superior aos pagos aos servidores do Poder Executivo, padecendo, portanto, de insanável vício de inconstitucionalidade, por ferir frontalmente o art. 39, § 1º, da Magna Carta Federal e art. 33, § 1º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Mencione-se ainda, que a composição da remuneração dos servidores do Poder Judiciário é acrescida de gratificações com percentuais que contrariam o disposto nos artigos 175 e 177 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná).

Assim é que, no propósito de solucionar esta situação, o Poder Judiciário encaminhou nova proposição de lei que tomou

o número 002/92, também com o vício da inconstitucionalidade antes apontada, pretendendo incorporar ao vencimento básico, a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 1992, todo e qualquer percentual excedente a 50% (cinquenta por cento), pago a título de serviço extraordinário e de tempo integral e dedicação exclusiva.

Acontece que, paralelamente, tramitou nesta Assembléia Legislativa outra proposta, também oriunda do Poder Judiciário, de reajuste no percentual de 30% (trinta por cento) para os cargos efetivos e de 107,85% (cento e sete vírgula oitenta e cinco por cento) para os cargos de provimento em comissão, materializado, depois, na Lei nº 9942, de 20 de abril de 1992, com vigência a partir de 1º de abril do corrente ano, conflitando com o Projeto de Lei nº 002/91, tornando inviável a sua aprovação, também, pelo fato de que se o mesmo fosse sancionado teríamos valores vigentes em fevereiro superiores aos fixados pela Lei nº 9.942, referida, com vigência a partir de 1º de abril do corrente ano.

Estas, Sr. Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos senhores membros desta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI Nº 002/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, ficam reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo I desta lei.

Art. 2º - Fica incorporado nos níveis de vencimentos das tabelas I e II do anexo I, todo e qualquer percentual excedente de 50% (cinquenta por cento) percebido a título, e na forma, de gratificação prevista pelos artigos 175 e 177 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e artigo 34, inciso IX da Constituição Estadual.

§ 1º - O disposto no presente artigo aplica-se para fins do artigo 6º da Lei Complementar nº 21 de 26 de outubro de 1984 relativos aos períodos completados até a vigência desta lei.

§ 2º - Ficam ressalvados da aplicação do disposto neste artigo, os atuais ocu-

pantes de cargo em comissão.

§ 3º - O valor da Pensão Especial fica reajustado nos mesmos percentuais, de forma a preservar a proporção estabelecida pelo artigo 260, da Lei nº 6.174/70.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.03.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### ANEXO I

Tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 1992.

NÍVEL	VALOR
01	498.001,93
02	468.119,56
03	438.241,72
04	408.359,07
05	378.484,63
06	365.808,12
07	340.410,75
08	247.568,48
09	224.355,15
10	201.152,20
11	177.931,57
12	154.725,62

#### TABELA II

CLASSE	VALOR
I	555.731,51
II	522.811,81
III	489.041,28

#### TABELA III CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR
1-C	189.992,51
2-C	156.996,58
3-C	144.924,62
4-C	198.863,71
5-C	125.831,89
6-C	118.281,97



TABELA IV  
CARGOS DE DIREÇÃO E  
ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	391.489,15
DAS-2	358.618,97
DAS-3	330.555,58
DAS-4	292.390,43
DAS-5	263.414,75

TABELAS V  
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	15.894,69
2-F	13.492,92
3-F	11.898,24
4-F	9.550,70
5-F	8.728,41

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 048/92

P A R E C E R :

A Proposição em tela traz o VETO aposto ao Projeto de Lei n° 002/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que foi comunicado a esta Casa de Leis pelo Senhor Governador, através do Ofício n° DTL/SAT 097/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere os artigos 87, VII e 71, § 1°, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a INCONSTITUCIONALIDADE do mesmo, tendo em vista ferir frontalmente os artigos 39, § 1° da Constituição Federal e 33, § 1°, VI da Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é FAVORÁVEL, devendo o veto ser submetido à consideração do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 049/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n° 604/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário,

Curitiba, quarta, em 17.06.92

que altera a redação do art. 2°, da Lei n° 6.517, de 02.01.74, nele incluindo os Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a Discussão.**

OF/DTL/SAT/N° 101/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 101/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 604/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 2°, da Lei n° 6.517, de 02 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Curitiba, a fim de incluir no território por ela abrangido os Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em epígrafe decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente que, analisando a matéria emitiu conceitos e teceu considerações de aprofundado conteúdo, cujo inteiro teor entendendo necessário anexar por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para expressar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 604/91, foi publicado no D.A. n° 171, de 16.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 49/92 - VETO INTEGRAL APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 604/91

P A R E C E R :

Procedemos a necessária análise, no âmbito desta comissão técnica, do veto integral aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 604/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 2° da Lei n° 6.517, de 02 de janeiro de 1974, incluindo no território da Região Metropolitana de Curitiba os Municípios de Quitandinha, Tijucas do Sul e Agudos do Sul.

O veto governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, ser acolhido por este Po-



der Legislativo, cabendo ao Plenário a apreciação sobre o mérito da matéria.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 050/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 506/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que reconhece oficialmente a competição nos jogos da juventude. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT Nº 102/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 092/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 506/91, por considerá-lo contrário ao interesse público; em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Secretaria de Estado da Educação, reconhecendo oficialmente os Jogos da Juventude promovidos pela FESTUR, dispensará professores e alunos que deles participarem, não se lhes marcando faltas às aulas.

O veto ora apostado, que de forma alguma poderá significar posição contrária aos Jogos da Juventude, decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Educação, através das quais aquela Pasta assevera que:

"Em atenção ao Projeto de Lei nº 506/91, encaminhado à apreciação desta Pasta, que trata de reconhecimento oficial para a competição nos Jogos da Juventude, participação das Escolas da Rede Estadual de Ensino, e dispensa de ponto para os professores participantes, servimo-nos do presente para comunicar a Vossa Senhoria que esta Secretaria se manifesta contrariamente à aprovação do mesmo.

Informamos, ainda, que já existem os Jogos Escolares do Paraná, aprovados por esta Pasta e constam de calendário escolar. A criação de mais uma modalidade viria a acarretar prejuízos para o professor e para o aluno, visto que as aulas não ministradas nos períodos dos jogos, teriam que ser repostas em período de férias".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 506/91 foi publicado no D.A. nº 148 de 11.11.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 50/92

P A R E C E R:

Procedendo a devida análise, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, do Veto Integral, apostado pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 506/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que reconhece oficialmente a competição nos Jogos da Juventude.

O veto governamental deu-se na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, a análise deste Poder Legislativo, cobendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 051/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 055/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza a Prefeitura Municipal de Terra Rica, a usar 07 (sete) salas do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola com salas de aula para cursos supletivos, e dá outras providências. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT Nº 103/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 096/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 055/92, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar a Prefeitura Municipal de Terra Rica a usar 07 (sete) salas de aula do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, naquela Cidade, para instalação do curso supletivo, fases I e II, para funcionar no período noturno.

A negativa de sanção decorre do fato da medida ter sido considerada inoportuna e inconveniente, contrariando, portanto, os superiores interesses do ensino, eis que a cedência de espaços em escolas estaduais poderá, em futuro próximo, obrigar o Estado a construir outras salas de aula para a clientela escolar emergente, que tem sido sempre maior que as projeções

feitas e até acima da capacidade orçamentária.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 55/92 foi publicado no D.A. nº 15 de 16.03.92)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 051/92  
DE AUTORIA DO DEPUTADO NEIVO BERALDIN  
OFÍCIO DTL/SAT Nº 103/92

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, ao Projeto em epígrafe, que objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Terra Rica a usar 07 (sete) salas de aula do Ginásio Estadual Santo Ignácio de Loyola, daquela cidade, para instalação de curso supletivo, fase I e II, em período noturno.

Fundamentou o veto com base na faculdade constitucional (art. 87, inciso VII, c/c/art. 71 da Constituição Estadual), por julgá-lo contrário ao interesse público.

A matéria está em condições de ser submetida a apreciação do Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 563/91, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que dá nova redação ao artigo 10, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 123/92

Curitiba, 29 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 107/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 563/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 10 (inciso III), da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 (Lei do imposto

sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS). O Projeto de Lei em causa pretende excluir da base de cálculo do ICMS os acréscimos financeiros também nas operações entre industriais ou comerciantes.

A proposta amplia o critério hoje vigente, onde tão-somente nas vendas a prazo para consumidor final é permitida a exclusão dos acréscimos financeiros da base tributária.

Releva anotar que essa permissão, objeto da Lei nº 9.715, de 23 de setembro de 1991, visou as operações com mercadorias no último ciclo de comercialização, realizadas por estabelecimentos varejistas, para dar tratamento equânime entre os contribuintes que operavam com financiamento próprio e aqueles que financiavam suas vendas a prazo por intermédio de financeiras, de forma que o imposto incidente sobre os acréscimos, na primeira hipótese, não fosse fator de preços diferenciados em decorrência da forma de financiamento.

No entanto, o mesmo não se pode dizer do Projeto ora vetado, porque não é usual o financiamento, por intermédio de instituição financeira, das vendas entre industriais ou comerciantes.

Além do mais, caso o Projeto e Lei em referência fosse acolhido, o Paraná, nas operações destinadas a outros Estados, estaria abrindo mão da receita a favor da unidade de destino das mercadorias, comprometendo parcela de arrecadação.

Ao final, é de se anotar que tal tratamento, não sendo previsto nas legislações dos demais Estados, causaria dificuldades e porque não dizer, em concorrência de forma desigual, nas aquisições efetuadas por empresas paranaenses de comerciantes aqui não estabelecidos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 563/91 foi publicado no D.A. nº 161 de 03.12.91)

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 563/91

P A R E C E R:

Examinando a Proposição nº 53/92, conforme Ofício DTL/SAT 123/92, datado de 29 de maio de 1992, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 563/91, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, que visa dar nova redação ao artigo 1º de Lei nº 8.933, de 26 de

janeiro de 1989 (ICMS), constatamos que o Veto ocorreu em absoluta concordância com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, considera esta Proposição em condições de ser apreciada pelo duto Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e outros, que cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT N° 131/92

Curitiba, 29 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 105/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto pelo § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 280/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a criação da Universidade Metropolitana de Curitiba, sob o regime de autarquia, e estabelece critérios para sua implantação.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em tela fundamenta-se em parecer técnico exarado pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia que, analisando a matéria, manifestou-se na forma dos itens adiante transcritos:

"I - As diretrizes desta Secretaria, em relação às Instituições que compõem a Rede Estadual de Educação Superior, conduzem a uma política, que em termos prioritários, objetiva a qualificação do Sistema existente, dirimindo as inúmeras deficiências das IES, assim como, indicam a necessidade de subordinar a expansão do Ensino Superior à melhoria do já instalado.

II - Na Capital do Estado, já existem, há algumas décadas, duas Instituições Estaduais: a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP (1949) e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP (1967) mais os cursos de nível superior ofertados pela Fundação Teatro Guaíra. Estas Instituições,

ainda não se encontram consolidadas, uma vez que, só há pouco tempo (1990 e 1991), implantaram seus Planos de Carreira para o pessoal docente e técnico-administrativo, assim como, em termos de espaço físico, ainda não possuem as necessárias instalações para que possam ofertar, com mais qualidade, seus cursos. Assim, além da necessária estruturação da vida acadêmica das mesmas, ainda há necessidade de consolidação da compra de imóvel em que possam se localizar definitivamente.

III - O atendimento às novas demandas da Região Metropolitana de Curitiba poderia ser concretizado, a partir da perspectiva do avanço da Faculdade de Artes do Paraná e Escola de Música e Belas Artes do Paraná em relação do provimento dos necessários recursos físicos e humanos que as mesmas dependem, para viabilizar a melhoria da qualidade das ações no exercício de suas funções.

IV - A Rede Estadual de Educação Superior, sob rígida contenção de despesas não apresenta espaço para expansão, a curto prazo. Entendemos que a criação de uma nova Instituição se contrapõe à política de austeridade que o atual Governo vem desenvolvendo em relação às Instituições Estaduais de Ensino Superior.

V - A Rede Estadual de Educação Superior representa 25% das Instituições de Ensino Superior localizadas no Paraná - número altamente significativo se o compararmos com aqueles que representam as Instituições Estaduais de Ensino Superior da maioria dos outros Estados da União.

VI - Na Capital do Estado, conseqüentemente com a possibilidade de atender a Região Metropolitana, estão localizadas 31,2% do total das Instituições de Ensino Superior do Paraná: 02 (duas) Federais, 02 (duas) Estaduais e 16 (dezesesseis) Particulares dentre elas a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (uma Universidade de alto porte) - nenhum outro município do Estado possui sequer uma Instituição Federal.

VII - A manutenção da Rede Estadual de Educação Superior tem custado ao Estado altas somas. Só em 1991, o Estado investiu no Ensino Superior, em torno de Cr\$ 35.500.873.000,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos milhões e oitocentos e setenta e três mil cruzeiros)".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 280/91 foi publicado no D.A. nº 79, de 27.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 054/92

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, volta a esta Comissão para apreciação do Veto, que foi apostado tempestivamente e em conformidade com o disposto na Constituição Estadual.

Assim, nada obsta à sua apreciação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
DIRVAL AMARAL - Relator

O SR. BASÍLIO ZANUSSI - Pela ordem, Senhor Presidente.

Antes que Vossa Excelência encerre a sessão, gostaria de propor, de sugerir a Vossa Excelência, tendo em vista que no caso da Proposição 036, este veto parece-

-me que já veio a Plenário pela terceira vez, estamos tendo dificuldade de quórum em virtude dos pedidos de destaque de alguns vetos, a exemplo do que faz o Congresso e conversei com Vossa Excelência ainda nesta semana, propondo que a Mesa procurasse estabelecer futuramente, nas próximas sessões, para que a Assembleia aprecie no elenco todo ele de uma só vez, tendo a Ordem do Dia, como cédula e o Parlamentar coloca seu voto a favor ou contrário.

Não há necessidade de se pedir destaque, e também da mesma forma haverá de se impedir esse esvaziamento do Plenário.

É a proposição que faço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai estudar a Proposição de Vossa Excelência e tendo em vista que estamos no final do período ordinário, vai marcar a apreciação desses vetos para o dia 05 de agosto, até o final desse período nós não vamos votar mais vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.